

# Relator vota pela condenação de Bolsonaro por abuso de poder

ENCONTRO COM A JUSTIÇA

## 'TEORIAS CONSPIRACIONISTAS' Relator diz que ação de Bolsonaro foi 'nociva' para a democracia e vota pela inelegibilidade

MARIANA MUNIZ E PAOLA SIEMRA  
RIO DE JANEIRO

Nos gestos mais contundentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Jair Bolsonaro até o momento, o ministro Benedito Gonçalves, relator da ação dos embaixadores, votou ontem pela condenação do ex-presidente por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação e consequente inelegibilidade por oito anos. Segundo o magistrado, ao atacar, sem provas, o sistema eleitoral, o ex-geral do Palácio do Planalto adotou um comportamento "nocivo" para a democracia e "violou ostensivamente" os deveres do cargo de presidente da República. O julgamento será retomado amanhã, com o voto dos outros seis ministros da Corte.

O magistrado, que votou a favor da absolvição de Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa de Bolsonaro, apontou uma série de elementos que, na avaliação dele, mostram que o ex-presidente foi o responsável intelectual e material pela reunião com embaixadores em 18 de julho de 2022, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Bolsonaro fez uma série de acusações infundadas às urnas eletrônicas, além de ataques a ministros da Corte e do Supremo Tribunal Federal (STF).

### 'INFORMAÇÕES FALSAS'

Gonçalves reforçou que Bolsonaro "difundiu informações falsas" sobre a eleição, na tentativa de convencer o eleitorado de que havia uma fraude em andamento para assegurar a vitória de seu principal adversário, o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o magistrado, o comportamento foi "inconcebível".

— O primeiro investigado (Bolsonaro) violou ostensivamente os deveres de presidente da República, em especial zelar pelo exercício livre dos Poderes instituídos. Ele buscou vitimizar-se e desacreditar a competência do corpo técnico e a lisura do comportamento de seus ministros para levar a atuação do TSE ao absoluto descrédito internacional e despejou sobre os embaixadores mentiras atrozadas a respeito da governança eleitoral brasileira. Liberdade de expressão não alinha a fabricação de teorias conspiracionistas sobre fraudes eleitorais. Fatos apurados nesta ação foram nocivos para o ambiente democrático — afirmou Gonçalves, para quem houve "banalização do golpismo".

O ministro acrescentou que a ofensiva contra o sistema eleitoral começou ainda antes do ano eleitoral, por meio de lives em que o então presidente "cultivou o sentimento de que uma



ameaça grave rondava as eleições de 2022 e que essa ameaça partia do TSE". — Na reunião com chefes de missão diplomática, o investigado retomou a epietela dos ataques ao sistema eletrônico de votação, sem provas, e acrescentou mais um capítulo à saga: a derradeira tentativa das Forças Armadas de apresentar supostas soluções para evitar fraudes no pleito iminente.

### PRINCIPAIS PONTOS DO VOTO DO RELATOR

#### Estrutura do Executivo

O ministro Benedito Gonçalves afirmou em seu voto que o ex-presidente Bolsonaro foi "integralmente responsável por idealização e reunião com embaixadores" no Alvorada, em que atacou a Justiça Eleitoral e o sistema de votação. De disse que o evento foi organizado em poucos dias e que "a estrutura e o serviço do Executivo foram rapidamente mobilizados para validar a reunião".

#### Idéias antidemocráticas

O magistrado destacou o "techo" do Bolsonaro para os embaixadores e os classificou

como antidemocráticos. Gonçalves destacou que o ex-presidente usava o pronome "nós" para se referir às Forças Armadas: "Emergiva-se com um militar em exercício à frente das tropas". Na visão de Bolsonaro, disse o ministro, o TSE não poderia contestar as demandas dos militares sobre lesões de integridade que eles queriam fazer nas urnas, pois seria uma prova de "farsa eleitoral".

#### Minuta do golpe

Benedito Gonçalves defendeu a manutenção do processo da minuta golpista, apreendida em janeiro na casa do ex-ministro

Anderson Torres, por considerar que ela tem "estrita correlação" com o caso. O documento menciona a decretação de uma intervenção do TSE para invalidar o resultado das eleições presidenciais, após a vitória de Lula sobre Bolsonaro.

#### 'Alarmismo' em lives

O ministro Benedito Gonçalves afirmou que o ex-presidente, por meio de lives em 2021, cultivou "o sentimento de que uma ameaça grave rondava o processo eleitoral, e que esta seria a culpa do TSE". O magistrado usou os termos "alarmismo" e "conspiração".

Forças Armadas Em seu discurso aos embaixadores, ressaltou Benedito Gonçalves, Bolsonaro mencionou as Forças Armadas 18 vezes como "estratégia de confrontar o TSE".

#### TV Brasil

O relator considerou que a transmissão da reunião com os diplomatas pela TV Brasil garantiu "vantagem eleitoral injustamente indevida" à chapa de Bolsonaro porque fez com que a mensagem de ataque às urnas se alastrasse rapidamente, produzindo mais engajamento, antes do início da propaganda eleitoral.

Relator. O ministro Benedito Gonçalves fez um resumo de seu voto pela condenação de Bolsonaro, ex-presidente, está sendo julgado por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação

veiu da cassação, em 2017, a chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer. Na ocasião, elementos que vieram à tona já com a ação em curso, como depoimentos de executivos da Odebrecht, não foram levados em consideração na análise. Agora, no entanto, a inclusão do documento foi referendada pelo plenário da Corte.

#### Forças Armadas

Esses elementos têm correlação estreita com a causa de pedir e a gravidade da conduta, porque desde a inicial o autor alega que os investigados tinham como estratégia política eleitoral induzir descrédito ao resultado do pleito de 2022 — afirmou o ministro, em trecho de seu voto.

#### TV Brasil

Em parecer lido na quinta-feira, na primeira sessão de julgamento, a Procuradoria-Geral Eleitoral defendeu que Bolsonaro seja considerado inelegível, alegando que o discurso "atacou as instituições eleitorais" e que isso contribuiu para "tornar ânimos pessimistas com relação à legitimidade do pleito". Também na semana passada, o advogado do ex-presidente, Tarcísio Vieira sustentou que a reunião com os embaixadores no Alvorada foi um ato de governo. Além disso, disse que o caso deveria resultar apenas em multa. Ontem, o defensor voltou a afirmar que avalia recorrer ao TSE e ao STF em caso de condenação.

— O presidente, sim, talvez, em um tom inadequado, ácido, excessivamente contundente, fez colocações sobre o sistema eleitoral brasileiro, sobre aprimoramentos necessários sobre o sistema de colheita de votos — disse o advogado na quinta-feira passada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4